

AUDIÊNCIA PÚBLICA ARSESP Nº 002/2012

07 de dezembro de 2012

Cintia Mori (Oradora) - Senhoras e senhores boa tarde. É com satisfação que a ARSESP, agência reguladora de saneamento e energia do estado de São Paulo, recebe os Srs. e as Sras. para participação da audiência pública nº 2/2012. A audiência pública é convocada pela diretoria da ARSESP e destina-se a recolher subsídios e informações junto a sociedade para as matérias em análise na agência. Visa também dar uma oportunidade de manifestação verbal aos interessados nos processos decisórios da ARSESP conforme dispõe a lei complementar nº 1025 de 07/12/2007.

Esta audiência pública foi convocada com a finalidade de obter subsídios e informações adicionais para avaliar a tarifa média máxima inicial P0, preliminar e o fator X de eficiência, aplicáveis ao segundo ciclo tarifário da Sabesp. A Sra. Silvia Calou, diretora presidente da ARSESP presidirá esta audiência pública, cabendo-lhe decidir sobre as questões de ordem e os procedimentos adotados durante a audiência. A manifestação a cada inscrito será limitada a 5 minutos. Esclarecemos que o tempo será controlado e que o comentarista será alertado se for o caso quando faltar 1 minuto pro fim de sua intervenção. Inscrições posteriores ao prazo final para recebimento poderão ser consideradas pela presidente se houver tempo disponível.

A presidente da audiência e demais integrantes da mesa poderão fazer perguntas aos depoentes para obtenção de esclarecimentos adicionais caso realmente sobre alguma dúvida. Todos os depoimentos serão gravados, de forma a preservar a integridade de seus conteúdos e a permitir a divulgação e o aproveitamento. Reiteramos a todos a importância do fiel cumprimento do tempo e das regras aqui estabelecidas para que se possa atender de forma organizada todos os interessados em participar das exposições. Pedimos a gentileza de desligar os telefones celulares e informamos também que esta a disposição de quem se interessar, na recepção, a cópia do regulamento dessa audiência.

Então vamos chamar para compor a mesa da audiência pública, Silvia Calou, diretora presidente da ARSESP, Hugo de Oliveira, diretor de regulação econômico financeira e de mercados da ARSESP, Fernanda Meireles Ferreira, diretora de relações institucionais da ARSESP, e também citar que logo deverá estar aqui

presente nosso diretor de regulação técnica e fiscalização dos serviços de saneamento básicos, José Luis Lima de Oliveira, que logo deve estar aqui presente. Com a palavra agora a Sra. Silvia Calou, presidente desta audiência pública.

A Sra. Silvia Calou – Boa tarde a todos, é uma satisfação a ARSESP recebê-los para essa audiência pública que trata da revisão tarifária da Sabesp, cumprimento aqui meus colegas diretoria, Hugo de Oliveira, Fernanda Meireles Ferreira, já justificando aí que em momentos vai chegar também o diretor José Luis que teve um contratempo e chegará mais em breve.

Essa audiência pública ela faz parte do processo todo de revisão tarifária da Sabesp e envolveu um trabalho bastante árduo fundamentalmente da diretoria econômico financeira que envolveu convênio com a consultoria internacional. É a primeira revisão tarifária de uma empresa do porte da Sabesp no Brasil, acho que é a segunda revisão tarifária de uma empresa de saneamento no Brasil, mas do porte da Sabesp é a primeira, é um trabalho que envolve uma complexidade muito grande e portanto essa audiência pública ela tem uma relevância bastante grande no processo de colher informações e as visões de toda a sociedade sobre as tarifas e sobre esse processo de revisão.

Então eu vou passar direto ao próximo passo dessa audiência que é a apresentação do Hugo de Oliveira sobre a metodologia de revisão adotada já com os números estudados pela agência. Então eu passo diretamente a palavra pro Hugo e peço a Fernanda pra gente assistir da plateia.

Lembrando aqui Dr. Hugo que o senhor tem 45 minutos pra apresentação.

O Sr. Hugo de Oliveira – Bom em primeiro lugar boa tarde a todos e evidentemente é uma satisfação da diretoria econômico-financeira chegar quase ao final de um processo que dura já mais ou menos 2 anos e um pouco exaustivo. Queria começar que nós vamos fazer uma apresentação em cima da nota técnica que já foi distribuída, foi analisada por muitos, alguns questionamentos, algumas dúvidas. E que nós vamos concentrar um pouco em tentar esclarecer alguns pontos que talvez tenham ficado obscuros na apresentação. Essa agenda (ininteligível – 5:53) colocar basicamente só os itens que estão delineados na nota técnica e que nós vamos apresentar é os procedimentos que nós tivemos, as hipóteses que estão implícitas em

cada caso e a razão pela qual nós tomamos algumas decisões para a efeito do cálculo do P0.

Então a metodologia nossa é a nota técnica que nós apresentamos em abril, ela da o regime regulatório de preço (ininteligível- 6:26) com a passagem das transferências dos custos que não são administráveis (ininteligível – 6:34) entre cálculo é uma base regulatória inicial e basicamente o plano de negócios apresentado pela empresa.

Os nossos conceitos, é um conceito de equilíbrio econômico no (ininteligível- 6:49) do contrato. Contrato construído por blocos, ou seja, bloco de cada cinco, quatro anos se equilibra os contratos, de acordo com os compromissos que tem no plano que esteja estabelecido. Isso é importante porque isso se alinha com a legislação. A lei 11.445 estabelece que cada contrato de concessão tem anexo assim um plano de investimento. Esse plano de investimento é um plano municipal e está agregado a cada contrato, possui metas e etc.

Então o equilíbrio econômico financeiro do contrato tem numa forma global é que é analisado o nosso hipótese básico. Quase 4 anos se determina um P0. Existe um P0 implícito que foi ao início do primeiro ciclo, o início do ciclo, ou seja quando se assinou o contrato inicial, mais ou menos ao redor de 2008 assinaram-se a grande maioria dos contratos.

A estrutura tarifária que estava presente, ela representa um P0 inicial, esse P0 inicial que nós vamos verificar se ele é consistente ou não por novo compromisso, novo ciclo tarifário que vai se iniciar, e o que tem que ser equilibrado do ponto de visto do fluxo de caixa. Então essa é a hipótese fundamental (ininteligível – 8:06). Então os elementos fundamentais basicamente é a demanda, a base de capital, o CAPEX e o OPEX.

Isso não difere muito dos demais processos de revisão que ocorrem em outros setores, basicamente o setor de gás tem esse formato, é um pouco diferente do formato do setor elétrico. A representação final disso vai se dar em duas etapas, o desdobramento dessa parte final. Por quê? Porque na realidade a nossa base regulatória ela foi calculada e levantada pela concessionária, mas não foi possível revisá-la de forma adequada. E nós como o processo já estava longo em torno desse (ininteligível – 8:48) pra não postergar tanto isso e adquirir incertezas, o mercado já ficava um pouco preocupado com a finalização disso, nós decidimos finalizar de

forma provisória agora no final do ano e em agosto do próximo ano nós vamos concluir após a verificação, a auditoria da base por uma firma independente que já está contratada da base que foi apresentada pela Sabesp.

Esse se dá agora, 29 de hoje, e no dia 08 quando faz aniversário, nós completamos a base e calculamos os preços finais. Então mais ou menos esta é o cronograma novo que já foi definido.

A primeira análise que nós vamos apresentar, característica base é a do mercado. Nós praticamente não alteramos praticamente nada do que era a demanda apresentada pela Sabesp. Mas a Sabesp nos apresentou o plano de negócios e tinha consumos (ininteligível - 9:57) da ordem de 12/95 e 12/92. Nós analisamos os histogramas finais e tudo mais e achamos que mereceria uma pequena convenção e alteramos, fizemos uma pequena alteração no consumo de água. Assim como a demanda dos permissionários, elas tinham um decaimento e nós analisamos e propusemos que houvesse o aumento de 1%. Os demais parâmetros não foram alterados. Enquanto isso a concessionária, ela tem perfeita dominância de que é o mercado, a forma como evolui e seria muita pretensão nossa tentar alterar essas razões (ininteligível - 10:43).

Então basicamente é isso, então com base nestes consumos unitários, com base nas demandas e certas (ininteligível - 10:54) foram em água aumentados em 1, -2% simplesmente uma correção que houve em relação ao volume faturado inicial. Em esgoto a alteração, considerando essa relação 1 pra 1 né, é um pouco maior, em torno de 3 a 4% de aumento em volume faturado. Tudo isso vai representar, e representa quando aumenta o volume pelo dado volume da fórmula de equilíbrio do fluxo de caixa numa tarifa provavelmente menor, uma tarifa média menor, porque ele é numerador.

Nas permissionárias a evolução era essa, houve uma queda de -53 em 2012, é bom lembrar que o ano de 2012 não está completo, ele está mais ou menos na época começando a calcular isso até agosto, setembro por aí, então havia muitas projeções, e o que propunha a constitucionária (sic) um decaimento, uma queda. Nós acreditamos que retoma, há uma retomada qualquer de crescimento e nossa proposta é o crescimento de 1% desse volume permissionário, aumenta também o volume.

O efeito final disso em termo de volume faturado (ininteligível - 12:13) tanto na demanda nos setores e consumidores domésticos, os não domésticos, é o

aumento no volume, no geral, de 2,5% mais ou menos na elevação do volume. Isso vai dar um reflexo mais na frente. Então esse (ininteligível – 12:36) é, justamente nosso arquivo um pouco superior e a curva da concessionária é a curva que está em baixo. Água e esgoto, não é grande a diferencial, mas é um ajuste que nós considerávamos necessário.

Do ponto de vista do volume de produção, aí há uma alteração relativamente grande, que é uma questão conceitual e um pouco regulatória. Então a concessionária vinha apresentando índices de perda de 32, 30.7, 30.6% e observava-se com proposta um decaimento de 30.5 a 30.1, quer dizer, é uma meta um pouco modesta em relação aqui a vida e desempenho de uma concessionária do tipo da Sabesp.

Do ponto de vista regulatório, agora falta destacar essa questão, se nós analisarmos a questão do Chile, ele tem uma proposta de metas regulatórias de água em torno de 15%. No caso do setor, no mesmo caso pela CRA da Colômbia, o limite de perda admissível é 25%. Nós tomamos mais ou menos o limite colombiano, com perda regulatória admissível, acima disso é uma questão que a concessionária teria que responder pela ineficiência, considerada (ininteligível – 14:01).

Claro que todos esses níveis do ponto de vista regulatório são estabelecidas de forma transitória e de alguma forma de incentivar a melhoria da eficiência contínua da prestação do serviço. Nesse momento, nós achamos que é possível fixar esse patamar. Mas claro que nós não vamos fixa-lo de forma irresponsável, isso que resulta dessa aplicação, desse tipo de suposto. A primeira coisa é que o volume produzido final vai ser menor do que aquele com as perdas maior. Então o volume produzido, de uma forma geral ele vai ter que diminuir de níveis, de 1% até 5% no final do período.

O que que é o impacto que vai dar? Vai dar o impacto no menor custo, menor custo de produção, seja em termo de tratamento ou seja em termo de produtos químicos, seja em termo de energia elétrica, seja em termo de alguma forma, isso vai estar indexado na equação de custo na qual nós vamos trabalhar, ok?

Evidentemente que pra conduzir e alcançar esses níveis nós temos que prover investimentos no plano de investimento da Sabesp, se não houver correspondente investimento dentro desse plano, essa meta seria irrealista, então tem que haver uma coerência nessa, quando se faz esse decaimento, coajustar o plano de investimento e vocês vão ver que nós fizemos exatamente isso.

Os investimentos apresentados pela Sabesp, principalmente água, nós não alteramos significativamente o valor. Praticamente mantivemos o valor, exceto no

último ano, em que nós glosamos uma parcela de expansão no sistema que aparecia com o levantamento, um pouco fora da tendência em que era apresentada pela concessionária, então são mais ou menos 300 milhões são cortados ao final.

A grande influência que nós tivemos foi na composição desse plano. Esse plano prevê uma parcela, que é uma parcela contábil. Isso é despesas capitalizáveis, isso é alguma coisa que é considerada como investimento, alguma coisa do processo em si, de gerenciamento, projetos, despesas de gerenciamento etc. e pode ser alocado, em alguns casos, como despesas de investimento. (ininteligível – 16:38).

Em geral a parcela máxima admissíveis de algum, da boa prática visa 5% dos custos diretos, dos investimentos em termo de expansão de sistema, 5% seria razoável aloca-lo. O volume que está colocado aqui é bastante (ininteligível – 16:56) e nós consideramos mais que existe uma parcela, uma conta, contabilizada no OPEX, que é serviços de terceiros, que é contratação de consultoria, etc. que deve cobrir parte desse (ininteligível – 17:11).

Com essa (ininteligível – 17:12) eu não tenho uma contabilidade regulatória adequada, eu glosei totalmente esse gasto e redirecionei ele para a linha de cima, desenvolvimento operacional. Tudo que foi tirado aqui está colocado lá em cima, e que significa? Significa prover de recursos da concessionária pra fazer as obras relacionadas a recuperação de perda. O volume de perda dele foram decair de 30 para 25 nós estamos provendo recursos aqui. Então ao invés de investir 24 milhões ou 15 milhões, que era uma parcela relativamente muito modesta e por essa razão não poderia decair, nós estamos colocando mais os 80 milhões que estavam como despesa capitalizada, então vai ter mais ou menos em torno de 100 milhões de reais pra investir no sistema, repor, reabilitar, substituir tubo, melhorar medição, fazer todo o gerenciamento e melhoria de gestão que seja necessária para resgatar aqueles 5%. Esse é o ajuste feito, ok? Do ponto de vista de investimento total ele está igual. Vamos pra outra questão que é a de esgoto.

Ai nesse ponto, nós analisamos todo o desempenho e notamos que há uma certa elevação e comparativamente ao investimento de água e esgoto, há uma concentração, há uma prioridade de governo, nós entendemos que o projeto tietê é uma carga significativa nesse processo de investimento, mas de alguma maneira, a parte, o levantamento que existiu no ano de 2012 e 2013 parecia um pouco acima do que seria possível de obter. Então 2013 e 2014 nós aplainamos a curva de

investimento, e também fizemos o mesmo processo em relação a despesa de capitalizáveis, tiramos de um lado e passamos para o (ininteligível – 19:10). De uma forma geral, os cortes, então esse é o final, o impacto final, é um ajuste no plano de investimento, quase aceitação do plano na sua totalidade com um corte de 6, 7 ou 10% no volume geral, global da empresa. Praticamente isso não significa uma operação substancial nos volumes, significa em alguns momentos um redirecionamento da prioridade. Ao invés de tratar um pouco melhor, adquirir investimentos e custos para a gestão da empresa, melhorar a gestão e melhorar a prestação de serviços. Mas de uma forma geral, os planos estão mais ou menos alinhados, não há uma diferença significativa.

Então aí está o histórico, 2,6 milhões um oscilação 2,6 milhões, basicamente o plano de investimentos da Sabesp mantém todo de um nível, um patamar muito mais elevado do que o patamar anterior, 2,4 milhões 2,6 milhões ao ano no próximo ciclo tarifário. Há recursos, a concessionária tem metas, as metas são ambiciosas e está (ininteligível – 20:48) tem algum redirecionamento no sentido de cuidar um pouco melhor em termo de alguns itens que a gente considera essenciais e que devem haver melhoria nesse sentido.

Pra deficiência no sistema, muitos sistemas, provavelmente na região metropolitana a ponta do sistema tem falta de água, tem sistema de (ininteligível – 21:10) todas essas questões atreladas de alguma maneira (ininteligível – 21:13) realizar essas melhorias.

Mais ou menos a preocupação que existia da parte da Sabesp, ARSESP, (ininteligível – 21:28) através de uma deliberação, essa deliberação relacionada a descontinuidade está aí e de alguma maneira a gente está tentando casa-las com os requerimentos, com os recursos para que possa implementá-la de uma forma mais rápida as diretrizes que a gente já está tentando colocar. Tudo, evidentemente, buscando a melhoria na prestação de serviço, com melhor qualidade e uma satisfação maior do consumidor.

Aí está a composição dos investimentos de água e esgoto, uma predominância pra esgoto. Aí está uma composição regional para os investimentos. Essa composição mostra a predominância da região metropolitana de São Paulo, basicamente na questão relacionada a esgoto, um decaimento dos investimentos na baixada santista,

um crescimento e amortecimento no interior e parte do litoral norte e a própria região (ininteligível – 22:43) com uma tendência a investimento mais ou menos pequeno.

Bom então foi dado mostras da demanda, dos investimentos necessários para alcançar aqueles níveis, os ajustes que foram feitos e basicamente chegamos a um outro elemento que é fundamental, que é a base de renumeração, e isso vai formar parte substancial da tarifa. Praticamente 50% da tarifa está composta pela renumeração da base, 30 a 40% (ininteligível – 23:19) nesse item, então é um item muito importante, a mais de dois anos atrás se fez uma deliberação, essa deliberação foi colocada em audiência pública, foi discutida, foi credenciada firmas, foram licitadas e foram contratadas pela Sabesp duas firmas e um levantamento da região metropolitana outro levantamento do interior, foram finalizados e chegaram a um cálculo entregue a pouco tempo atrás que a base, o mobilizado bruto seria da ordem de 54 bilhões e o líquido de 26, 26.1.

Isso acrescido dos investimentos efetuados no período pós levantamento, até a data que nós estamos vinculando como data base dessa revisão, dezembro e descontado mais as obras em andamento, da uma base líquida de 33,8 bilhões. É bom lembrar que a base balanço, tem uma base líquida em 2011 de 20 bilhões, quer dizer, mesmo se nós acrescentássemos os 9 bilhões seriam 29 bilhões contra 33. Então nós adotamos entre os 29 e o 30. Quer dizer, os 29 seriam os 20 mais obras em andamento, investimentos entre dezembro até dezembro de 2012, obras em andamento, adotamos a realidade 30 que está quase próximo da base histórica. Geralmente a base da base histórica atualizado, não temos depreciações. Então a base que foi anotada para cálculo foi 30 bilhões.

A demais da questão da base em si, como eu falei desde o início, o nosso cálculo se baseia no equilíbrio econômico financeiro dos contratos, e isso do ponto de vista agregado. Do ponto de vista individual também deveria ser no momento impossível fazer esse cálculo por causa das questões contábeis e uma série de razões.

De qualquer maneira nós fizemos o levantamento de todos os 220 contratos, 260 contratos que se tem administráveis, verificamos o que foi executável e o que deixou de ser executável. Essa diferença que não foi executada, é uma diferença que se revelou de acordo com o nosso levantamento em torno de 448 milhões na região metropolitana, e tem que estar pactuado no contrato e efetivamente final executado e mais ou menos 367 milhões no interior que daria uma diferença de 815 milhões.

O que é o cálculo que nós fazemos? Nós consideramos que o P0 do início do ciclo de 2008, que vai até 2012, o P0 incluía esse investimento. Então nós recalculamos esse P0, teoricamente, para o início de 2008, sem considerar esse investimento, esse novo P0, que é menor do que o anterior nós descontamos (ininteligível - 26:53) todos os volumes que foram faturados por ele, atualizamos isso pra 2012 e isso dá um valor que é 204 milhões. Esses 204 milhões são descontados no início do fluxo de 2012, ou seja, vai rebaixar o nível, o P0 inicial do novo ciclo sofre o decréscimo pela não execução dos investimentos anteriores.

Porque razão se faz isso? Pela razão de que esses investimentos já foram enumerados, em teoria estavam enumerados, e se entrarem no novo ciclo seriam reenumerados novamente. Haveria uma dupla renumeração. Então tem que retirá-lo e essa é a hipótese que está sendo adotada. Isso vai rebaixar ainda o P0.

Essa é, dentro do plano de negócios, a proposta das despesas de operação propostas pela concessionária, as propostas são mais ou menos de 4,5 bilhões que temos hoje, até alcançar o nível de 4,9 bilhões dispostos nas várias categorias e tudo mais.

Então passemos a análise que nós elaboramos, isso é uma projeção como foi feita, uma projeção praticamente quase linear. Essa é uma composição das despesas que mostra que os três itens principais de uma concessionária que é pessoal, material e energia são mais ou menos 65% do custo e se acresce a isso mais ou menos 25% de serviço de terceiros. Ou seja, 90% está nessas quatro categorias. É normal as primeiras três categorias, a categoria de serviços é uma novidade e precisa saber o que que está dentro dessa e está incluído uma série de novidades em cima disso. Nós em cima disso, a própria agência não tem uma capacidade de análise pra essa conta.

Então o que que nós fizemos? Nós analisamos todas essas contas de OPEX e procuramos elaborar o modelo que fosse mais quantitativo, a partir dos dados históricos contábeis, relacionar as despesas a algum driver, um driver que fosse relativamente relacionado aquela despesa, seja volume, seja ligação, seja qualquer outro tipo de driver que pode ser relacionado.

Isso é um trabalho bastante amplo, bastante aberto e uma vez estabelecidos esses parâmetros, rodamos e comparamos isso com histórico observado. Alguns ajustes podem ser feitos, mas de alguma maneira esse modelo validava pra poder projetar o futuro.

Então nós, havia aí consistência com dados históricos, havia problema nos próprios dados oferecidos pela Sabesp nas projeções de 2012 na OPEX 2012 e havia algum problema com o nível inicial da eficiência e esta era o tipo de correção, com base no modelo (ininteligível – 30:10) estabelecidos, bases oferecidos e as projeções da Sabesp eram verificadas do ponto de vista da reguladora.

Porque é feito isso nesse momento? Momento é muito feito, porque nós não dispomos e nem estabelecemos, estamos estabelecendo de forma paralela do sistema de contabilidade da regulatória. Se nós tivéssemos estabelecido isso já, nós provavelmente tomaríamos os dados históricos regulatórios e nós teríamos verificados e auditados, nós poderíamos validá-lo. Como nós não temos isso, nós temos esse modelo, é um modelo que (ininteligível – 30:44) o primeiro ciclo, pro segundo ciclo provavelmente não vai acontecer isso, ou pode acontecer uma coisa combinada, mas de qualquer maneira a gente vai ter um outro sistema com (ininteligível – 30:53) de informação mais preciso que vai poder trabalhar de uma forma mais próxima da concessionária, e a concessionária vai saber o que entra e o que não entra no custo.

A única advertência que deveria ocorrer, seria a segunda parte, as contas que não são (ininteligível- 31:07) regulatoriamente (sic) e que vão ser escrituradas de outra forma que não da contabilidade societária, hoje nós só temos a contabilidade societária e estamos em processo para implementar a contabilidade regulatória, ela está em processo de contratação do sistema, mas somente vai vigorar a partir do próximo ciclo. Então as contas não reconhecidas, que não estão relacionadas na prestação de serviço.

Analisando todos os itens e despesas, as despesas que nós listamos como passíveis de não serem reconhecidas são: despesas da proteção, despesas internacionais, doações, imposto de renda sobre (ininteligível – 31:46) exterior, posto sobre operações financeiras, viagens, estadias, desenvolvimento de consultores internos, licença sabática, participação no resultado, petição complementar hoje é zero, previdência privada, provisão da aposentadoria corrente, termo de ajustamento de conduta do aposentado, serviço, provisão de convênio da Sabesp e recuperação de crédito (ininteligível – 32:10).

Todo o resto das coisas foram propostas pelo (ininteligível – 32:15). Evidente que a concessionária pode recorrer, é um processo que está incluso, nós estamos aqui exatamente para debater sobre isso. Com base nessas considerações, as

glosas que foram feitas são da seguinte natureza, aquelas que são contas não reconhecidas é a grande predominância, desrespeito ao P0, desrespeito a uma série de despesas relativamente que ai a gente acha que não tem que haver com o usuário de água e esgoto. Então isso dá uma redução de 10% mais ou menos, 10,5%. Depois (ininteligível – 32:53) é uma coisa menor. No final, a redução que está se propondo no OPEX apresentado pela concessionária (ininteligível – 33:05) 13% em relação aos originais, ou seja ao invés de 4,5 bilhões, 4 bilhões mais ou menos, no final ao invés de 4,9, 4,2 bilhões. É relativamente simples.

Taxa de regulação, tributos e contribuições. Temos o CAPEX, o OPEX, a base e temos agora os tributos, que devem entrar no fluxo de caixa. A primeira evidentemente que vai estar por fora né, ainda está por fora, evidentemente tem muitos desses cálculos que nós tiramos, não vai entrar no P0. A taxa de regulação é uma dessas, ela vai estar numa linha, por debaixo da linha de tarifa, e vai estar explicitada e cobrada dos municípios que tem convênio com a agência. Então é 0,5% em cima dos municípios. Há municípios sob os quais nós não atuamos e nós não vamos cobrar taxa de regulação. Então vamos cobrá-la sobre a região metropolitana ainda que exista toda essa discussão sobre titularidade. Mas (ininteligível – 34:17) estado, não abre mão dos seus direitos, da sua titularidade afirmada sobre a região metropolitana, ainda que esteja em curso ações de inconstitucionalidade no supremo tribunal.

Então, a (sic) segundo tributo é o FINS (sic), COFINS e o PASEP, o imposto de renda e a contribuição social. Isso tudo, são calculados, e vão, no caso do imposto de renda, compor diretamente no custo. E no caso do COFINS e do PASEP, provavelmente vão ser colocados fora da equação, no momento eu não tenho condições de tirá-lo da equação, mas eles devem ser tirados por fora também numa linha por fora da linha de tarifa. Há problemas de implementação, nós temos que discutir com a concessionária sobre como retirar isso e ele vai ser descartado da fatura, evidentemente, como é feito no setor elétrico. Aí o último componente, que é muito importante, que é os chamados encargos contratuais para municípios. Alguns municípios, quando chegam e fecham o acordo com a Sabesp, de alguma maneira criam uma estância, algum encargo, que é cobrado e repassado para o fundo municipal e esse fundo municipal emite ações tanto do ponto de vista, digamos, dos setores de comércio ao setor de saneamento.

Se você interpretar o setor de saneamento de forma ampla, ele é drenagem, resíduos sólidos e água e esgoto. Mas de alguma maneira, esses setores, além disso, há ações complementares ao setor de saneamento que não dizem respeito a saneamento, mas que facilitam a ação de saneamento. Ou seja, se você vai limpar o córrego, e esse córrego tem população assentada ilegalmente e tem que ser removida, é da prefeitura a responsabilidade por remoção dessa população. É responsabilidade da prefeitura dar habitação condigna e mover a pessoa daquele lugar para aquele outro lugar. Então muitas partes desse fundo são alocáveis a isso ou a outras necessidades da prefeitura. Nós entendemos que o consumidor de água e esgoto não deve pagar por isso, portanto ele está retirado da tarifa, mas como existe uma lei que autoriza, a lei autorizativa do município estabelece esse encargo, nós consultamos, fizemos uma consulta, a procuradoria do estado, e a procuradoria opinou que esse recurso pode ir por baixo da linha tarifária. Então ele vai estar, da mesma forma que o FINS (sic) e COFINS, da mesma forma que os encargos que estão no setor elétrico, uma linha por debaixo. Para aquele município específico, unicamente para cada município que tenha essa lei, que tenha passado pela assembleia, pela câmara municipal, vai destacar na fatura, este elemento. Mas não está no cálculo do P0. Então o atributo, a alíquota do FINS (sic) e COFINS, nós estamos adotando uma alíquota média de 7,3%.

Receitas. As receitas, na realidade o P0 tem que compor aquilo que está na estrutura, portanto o que não está na estrutura eu vou ter que deduzir. Então o que eu tenho que deduzir, aliás tem que incluir como custo as receitas irrecuperáveis, que correspondem a inadimplência, e a inadimplência a partir de um percentual da inadimplência. Então essa inadimplência (ininteligível – 38:21) 2,61. E as receitas indiretas que decorrem da prestação de serviços adicionais, nós vamos retirar, vamos retirar do conceito custo de serviço. Então seria, a (ininteligível – 38:44) da Sabesp 2,3 e 0,6 nós consideramos 2,3 adequado e esgoto nós achamos que é 1,5%.

E as receitas não operacionais também devem ser deduzidas, então as receitas não operacionais são: alienação de bens, sucatas, editais, indenização de ressarcimento, multa, (ininteligível- 39:06), água de reuso, locação, pura, projeto pura, programa (ininteligível – 39:19), tecnologia aqualock, (ininteligível). Isso

tudo no (ininteligível). Tem uma certa divergência de números que nós conseguimos apurar até agora, de qualquer maneira nós adotamos o número extremamente conservador e vamos nesse final de revisão tratar de determinar o número real.

E com isso tudo nós arrumamos quadros e que vamos calcular essa fórmula, essa fórmula mas é em primeiro lugar a contribuição da base, a base inicial e a base final, quer dizer é o incremento da base, isso e o valor presente, o decremento da base, o OPEX, os COFINS, FINS (sic) e COFINS, as receitas irrecuperáveis, o imposto de renda, o CAPEX e a avaliação do capital de giro e se diminui as receitas indiretas e as receitas não operacionais e se divide isso pelo volume faturado. Esse é o P0 que resulta.

Calculado dessa forma, esse é o fluxo de caixa equilibrado, considerando aqueles elementos para que, qual o preço que comporia com os dados volumes faturados, poderia cobrir e equilibrar esse fluxo de caixa, esse preço seria o 2,92, o preço constante ao longo do ciclo de 2,92. Ou seja a partir de agora seria a tarifa média 2,92 e seria reajustado pela inflação e algum fator de produtividade ao longo do ciclo. Então esses são os elementos e esse é o cálculo.

Este 2,92 seria comparável com uma tarifa de dezembro de 92. (ininteligível – 41:13) essa tarifa de dezembro de 92, que é o momento que eu vou decretar o incremento a nova tabela, ela é composta dessa forma. Receita direta de 9,2 e os dados que nós estamos utilizando, nada mais são do que os dados do reajuste das bases da Sabesp. E se compõe em 2,87, ou seja, 2,87 em relação a 2,92 vai dar aquele número que foi divulgado de 1,94. 1,94 seria a indexação da tabela de tarifas hoje vigente para futura. Por que isso? Vamos para frente que eu vou tentar explicar. A determinação num fator relevante, a determinação num fator X.

A produtividade. Em geral as fórmulas que estavam sendo utilizadas pela Sabesp, era uma fórmula que vinha do setor elétrico e dividia-se em despesas que sejam administráveis e não administráveis, as despesas administráveis seguiam a trajetória de custo e as outras seriam corrigidas pelo IGPM. Então nós estamos trocando isso por uma nova fórmula. A variação vai ser o IPCA e nós vamos descontar o fator de produtividade que é o grande eficiência que vai ser transferido para os consumidores e além disso nós estamos acrescentando um

fator de correção pela qualidade. Quer dizer, é um prêmio ou um castigo, depende da forma como vai melhorar os índices de atendimento, algum tipo de qualidade de serviço, e como medir isso nós não sabemos. Nós vamos aplicar esse termo a partir do terceiro ano desse ciclo tarifário. Vamos levar dois anos discutindo, tentando estabelecer de uma forma de consenso qual seriam os indicadores que poderiam entrar nesse índice de qualidade, pra poder aferir essa qualidade e poder somar ou diminuir (ininteligível – 43:12) final. Esse é o fator X.

O fator X determina da seguinte forma, nós calculamos uma tarifa média, essa tarifa média ela é calculada com o nível de eficiência máximo e que possa garantir os ganhos de eficiência anuais, desavisa a tarifa média atual que é de acordo com os níveis de eficiência do primeiro ano do ciclo, ou seja nível atual de eficiência, comparado com o nível de eficiência que não ocorreu ao longo do ciclo.

Valor presente disso, sobre o outro da exatamente descontado isso pelo (ininteligível – 44:00) vai dar o fator X. Como é que se determinaria isso? Determinaria por dois componentes, um componente que é a eficiência em relação a distância que existe entre a posição da Sabesp em relação a fronteira de eficiência que pode existir no setor, e o outro, é o ganho de eficiência que tem que ocorrer pelo deslocamento da própria fronteira. A fronteira deve se deslocar e tem se deslocado. Então há uma posição relativa interna, se ela estiver interna a fronteira, ela vai ter que chegar a fronteira, e uma vez chegada a fronteira ela vai ter que avançar pela fronteira. Então esse é o desafio e é a forma como queremos colocar.

Então a metodologia da análise de eficiência compara a eficiência revelada. A eficiência das unidades, o indicador da eficiência, se caracteriza isso basicamente através de uma análise de (ininteligível – 45:11). Então nós vamos calcular, como calculamos o DEA, para uma orientação de insumo, e que toma como insumo as despesas operacionais e as perdas de água potável, evidentemente que isso são os insumos necessários, e os produtos são a irrigação de água, a irrigação de esgoto, a economia de água, economia de esgoto, volume de água faturado e volume de esgoto.

Foi utilizada uma amostra, então para o cálculo da eficiência da fronteira, a fronteira interna é calculada por uma amostra considerando a (ininteligível-

45:53) as empresas locais. Então dentro de fronteira de eficiência está definida para as concessionárias locais. É evidente que se supõe que a Sabesp é muito eficiente, ela vai estar muito próxima provavelmente do nível de eficiência dessa fronteira, mas existe a outra que é o deslocamento da fronteira. Para o cálculo do deslocamento da fronteira, se agregou alguma forma, um novo mercado ou um mercado mais estabilizado, mais desenvolvido. E nós tínhamos que tomar algum mercado como (ininteligível – 46:28). E pra esse tomamos o mercado inglês, que deve ser alguma coisa que deve avançar nesse sentido

Então a fronteira pode se deslocar no sentido bruto do mercado inglês. Então a amostra se acresceu as dezoito regionais, o que aqui estão unidades de negócios regionais da Sabesp as inglesas. Então se calcula dois fatores, as das mudanças tecnológicas que é o mais importante, que é o deslocamento da fronteira, corresponde a 2% de aumento. Um do encontro da melhoria da eficiência interna da posição relativa da Sabesp em relação a fronteira dela própria, considerando as empresas nacionais 0,68.

Isso quer dizer o seguinte, a Sabesp (ininteligível – 47:21) níveis de eficiência em termos de fatores (ininteligível – 47:25) do DEA de 0,95. Então ela está próxima, então o fator de correção pra chegar na fronteira é pequeno, mas o fator de avanço em relação a essa fronteira é que é alto, é 2,61. Entrando com esse números, lá nos fatores, naquela fórmula que calcula a eficiência relativa, o X calculado é 0,86, é mais ou menos menor que 1. É um numero que está muito próximo (ininteligível – 47:55) dos outros setores, setor elétrico utiliza setor de 1, setor de gás utiliza próximo disso, então não é um número díspar, é um número que tem um estudo baseado, é um estudo que tem um conceito e propõe uma melhoria e tem uma certa base.

A estrutura tarifária. No que estava proposto na nota técnica, evidentemente era uma mudança de estrutura tarifária da Sabesp. Nós sabemos que essa estrutura ela tem um vigor de alguns anos, provavelmente desde 83, eu diria, ela não sofreu mudanças significativas. Então ela é um pouco envelhecida, ela é muito grande, ela tem muitas aberturas, ela tem muito regional. Não que não possa ocorrer isso, mas nós achamos que ela é um pouco ingovernável.

Então a nossa proposta mais objetiva seria transformar uma estrutura binária. Essa é um pouco difícil de alcançar talvez essa meta, mas havia uma

outra diretriz era que (ininteligível – 49:03) a estrutura, não só em termos de regiões, de regionais, não só em termo de categorias. Transformar ela em, por exemplo, uma categoria residencial, não residencial. Dentro da residencial, pobres e ricos e dentro da não residencial, pequenos e grandes comércios ou estabelecimentos.

Por isso reduziria muito a matriz, e prepararia o terreno para o próximo ciclo fazer talvez a unificação. Porque se se utiliza uma estrutura binária, não há categorias mais, todo mundo paga o mesmo m³. Então já no próximo ciclo (ininteligível – 49:43) possibilidade de transferir, sair de uma estrutura pra outra, seria mais simples. Em todo caso eu acho que o desafio era grande e a Sabesp optou por propor isso mais na frente. Talvez pela proximidade de novos números, alguma coisa aconteceu. Então nós resolvemos adotar essa (ininteligível – 50:07). Então reformulamos o cronograma, estamos dando o prazo até abril pra que a Sabesp apresente as estruturas novas, e isso vai compor o quadro final de agosto do próximo ano.

Obrigado.

Agradecemos o Dr. Hugo, e convidamos agora, seguiremos com a apresentação da Sabesp, convidando o Sr. José Silvio Xavier, que representa a empresa, que dispõe de 20 minutos para a apresentação.

O Sr. José Silvio Xavier – Bom boa tarde a todos, antecipadamente gostaria de parabenizar a ARSESP, nós acompanhamos de perto os processos, todas as dificuldades inerentes, é um órgão que está se estabelecendo, dificuldades essas tantas da ARSESP quanto da Sabesp, mas estamos convictos que isso vai ser um ganho fantástico para a sociedade como um todo, pra Sabesp e para a própria ARSESP.

A sociedade em função da transparência, da previsibilidade de regras, pra ARSESP porque após concluído os processos ela definitivamente se consolida no setor de saneamento, e pra Sabesp porque no médio prazo com certeza isso fará com que o seu custo de capital se reduza, tanto o próprio quanto o de terceiros.

E afinal de contas fazem 16 anos que a Sabesp não passa por qualquer processo de revisão tarifária. Foram 16 longos anos tendo correção tarifária abaixo de uma inflação, como nós vamos ver bastante (ininteligível – 53:04).

Bom, a estrutura da apresentação que não vai ser fácil cumprir em 20 minutos. Primeiro eu queria falar o que nós estamos entendendo que é a proposta da ARSESP em termos numéricos, segundo nós vamos fazer algumas pequenas considerações e eu não gostaria de despende muito tempo em detalhes técnicos, porque nós vamos entregar a nossa nota técnica no dia 13, que está sendo construída, e lá vai ter uma riqueza bastante grande de todos os detalhes e todas as justificativas, etc. Mas de qualquer forma eu gostaria de colocar já alguns pontos aqui que a gente deve contribuir na nota técnica. Terceiro, eu gostaria de falar um pouco sobre a necessidade, a importância dessa questão tarifária pra Sabesp sem, insisto ainda, colocar números, não vamos fazer hoje uma contra proposta numérica, mesmo porque calcular custo é algo mecânico, você vai formar preço, você tem que olhar para o lado da oferta, que é exatamente o que faz essa equação do P0, mas é algo mecânico, você põe (ininteligível – 53:38) e sai o resultado. Mas a Sabesp é bastante zelosa também no que (ininteligível – 53:44) ordem e na demanda, que é a capacidade de pagamento de seus clientes.

Então não basta você calcular um custo necessário, precisa ver se as populações, principalmente as mais vulneráveis, tem condições de absorver, por isso que nós estamos demorando um pouquinho mais nas nossas simulações. Porque a nossa necessidade de tarifa ela já está calculada faz tempo através da equação do P0. E adiante eu vou falar bastante pra vocês sobre essa questão de capacidade de pagamento, que é algo bastante importante de ser visto. Será o penúltimo tópico.

E por último eu concluo. Bom o nosso entendimento é que a proposta da Sabesp é a aplicação de 1,94% sobre a tabela tarifária de gente. Eu estou reforçando um pouco isso, porque na forma que ela foi escrita, ela deu muita simetria no mercado, de entendimento, de qual era de fato a proposta da ARSESP em termo de percentual. Alguns analistas de mercado chegam a 10%, então nós estamos batendo muito nesse ponto, que o nosso entendimento é com 1,94 real sobre a tabela tarifária de gente.

Bom, agora algumas poucas considerações a cerca do que o Dr. Hugo inclusive disse, nem todos os pontos que ele tocou mas alguns. Então o primeiro aspecto é esse, a primeira sugestão nossa é que quando sair a nota técnica final,

use essa lógica. Qual o percentual a ser aplicado na tabela tarifária vigente, a qual foi definida em 9, em setembro de 2012. Aí evita qualquer descompasso de entendimento. Porque a coisa do P0, em termos absolutos, depende a base de P0 que você pega, o histograma que você pegou, ou se é uma receita (ininteligível – 55:37) ela pode dar muito problema de entendimento.

E o segundo aspecto de caráter geral, é que seja feita uma recomposição do poder de compras dessa tarifa, porque a nossa tarifa está parada em setembro desse ano, e essa nova ela só vai vigor a partir de 1, a partir de fevereiro de 2013. Então tem um pequeno (ininteligível – 56:01).

Bom, outras questões são relacionadas a demanda, como o Dr. Hugo disse, a ARSESP concordou com as projeções da Sabesp da categoria não residencial e discordou da venda por atacado e da residencial. Bom, particularmente nós entendemos que a proposta da ARSESP com relação a permissionária é correto, nós acatamos e diria que a projeção da ARSESP está mais consistente do que a nossa.

Com relação a projeção da demanda residencial, particularmente não concordamos com a proposta da ARSESP. Há necessidade de nenhum (ininteligível – 56:44) estatístico de quebra estrutural pra gente perceber que a proposta da ARSESP impõe uma quebra estrutural.

Então se a gente pegar a linha azul, é nada mais, nada menos do que (ininteligível – 56:55) histórica do volume medido. Se a gente pegar a linha vermelha, foi a proposta da Sabesp, a projeção. Veja que ela está bastante em linha, não tem nenhuma ruptura. E a verde é a proposta que a ARSESP fez, eu particularmente claro, a menos que haja alguma justificativa bastante sólida, eu particularmente não vejo o que possa motivar essa mudança da inclinação da curva como está sendo proposta.

Bom, segundo aspecto, que é o item mais complicado, é com relação as despesas. Eu não cheguei nos 13,5 que o Dr. Hugo citou, eu cheguei em 16,5. Mas se é 13,5 já ganhamos 3 aqui. Eu particularmente fazendo conta eu chego em 16,5 de corte sobre as despesas que nós propusemos. Veja, a Sabesp vem há anos, fazendo excelentes trabalhos e perdas, um primoroso trabalho em otimização de energia elétrica e tantos outros itens como redução de (ininteligível – 58:09) fez cortes radicais de quadro de pessoal e tantos outros

itens que o pessoal trabalha arduamente. Então a gente partir do pressuposto que nós estamos começando agora, que em cima disso dá 16,5, nos parece de fato bastante agressivo.

Foram, como o Dr. Hugo disse, três vetores de corte (ininteligível – 58:36) um relacionado a glosa na base, o outro relacionado a glosa com relação aos drivers e o outro relacionado ao fator X, rapidamente vou comentar cada um deles.

Com relação ao fator X, a ARSESP utilizou dois anos para capturar mudança de fronteira tecnológica. O setor de saneamento ele não tem mudanças radicais em termos de tecnológicos, não é um setor como o de telefonia celular, eu acho que tem pouca mudança tecnológica. E você usar dois anos para fazer essa conta, com certeza você não vai capturar mudança de fronteira tecnológica numa magnitude como foi aqui, de 2%.

Então a gente pretende contribuir bastante nesse debate, a gente particularmente acha que é de fato bastante agressivo. A gente entende também que (ininteligível) o modelo, não (ininteligível – 59:44) produtos da Sabesp. A Sabesp produz água, distribui água, coleta esgoto e trata esgoto, não é ligação, não é economia o produto da Sabesp. E quando você roda um modelo DEA, exatamente como foi rodado, procurando os produtos adequados, preparando com todas as empresas acionais, (está cortando, é o movimento, então eu fico aqui? Eu fico aqui, se aqui funciona eu fico, alô, é que tem alguém lá cortando (risos)) então se a gente roda um modelo de análise de (ininteligível – 1:00:29) usando claro as empresas acionais, e usando esses quatro produtos que eu citei, a Sabesp fica sim na fronteira de eficiência.

Você calcula um índice de (ininteligível – 1:00:42) que nada mais é do que você ver como caminha essa produtividade no tempo, você vê que sistematicamente ela está tendo ganhos de produtividade. Então também vamos contribuir bastante com essa questão.

E a questão da amostra das empresas inglesas, a gente não pode esquecer, que na Inglaterra as empresas começaram a se regular de 1994. Elas já estão no quinto ciclo tarifário. Quer dizer, a gente exigir que a Sabesp, hoje, de alguma forma, já se adeque a empresas inglesas que já estão consolidadas também nos

parece um pouco agressivo. Então também vamos contribuir bastante nesse sentido.

Bom com relação a discordância dos drivers, eu acho que de fato é legítimo, nós acabamos usando esses drivers, até por um pleito da ARSESP, a gente mudar nossos critérios de rateio, e pra mudar nossos critérios de rateio nós escolhemos alguns drivers. Esses drivers estão bastante consistentes, nós vamos mostrar também que são bastante consistentes, que se relacionam com as despesas que nós usamos para serem estimadas e não usamos obviamente drivers pra todos os itens de despesa, porque tem várias despesas que são fixas, então independente do volume, independente da escala da empresa ela não vai sofrer alteração.

E com relação a glosa inicial, se vocês observarem aquelas contas que foram glosadas, muitas delas são obrigações legais, portanto são exógenas a Sabesp, não são administráveis pela Sabesp. E várias delas, como nós vamos mostrar também, são inerentes a própria atividade da empresa.

Bom com relação aos investimentos, tal como o Dr. Hugo disse, primeiro houve uma glosa pelo fato da Sabesp não ter realizado investimentos nos contratos de concessão que foram assinados no passado. Aqui eu vejo três questões, eu acho que se não tomar cuidado a gente pega numa fase pré-regulatória segundo importante, essa técnica, ela parte do pressuposto que os contratos estavam equilibrados, e não estavam equilibrados, por definição. Não obtivemos nenhum aumento tarifário para adequá-los, então é bastante questionada essa glosa. E três é importante, na própria nota técnica anterior, decorrente da audiência pública anterior, da fixação, das regras do P0, do fator X, ficou estabelecido, ficou concensado na verdade, que ao final do ciclo tarifário é que seria feito o balanço dos investimentos, das metas, e aí sim, no (ininteligível – 1:03:35) do ciclo tarifário, caso não houvesse esse cumprimento, aí você iria penalizar a Sabesp no próximo ciclo tarifário.

Então na verdade o que está sendo feito é uma antecipação daquela regra que foi pactuada dentro do ambiente democrático como esse. Segundo, desconsidero despesas descapitalizáveis como também dito, e também a própria regra da BRR admite a possibilidade de você usar despesas descapitalizáveis. E ao contrário do que foi dito aqui, na verdade, boa parte dessas despesas

descapitalizáveis (ininteligível – 1:04:11) as áreas de empreendimento da Sabesp, as áreas da diretoria técnica da Sabesp, então não há serviços de terceiros puramente não. Então a gente também pretende questionar bastante isso.

Com relação à glosa na expansão, tá bom, eu acho que é uma possibilidade, só que aí você tem que ajustar bem, você fazer essa realocação, essa redução de investimentos para expansão e partir do pressuposto de que aquela meta de universalização vai ser atingida não faz sentido. Tem que se ajustar também a meta, e não foi ajustada a meta.

E com relação ao deslocamento dos recursos que estavam em expansão de sistema para perdas, primeiro respeitosamente eu acho que transcende um pouco a atividade do órgão regulador, falar sobre a locação, a má colocação de recursos. Segundo, perdas, aprendi com os profissionais da área, (ininteligível – 1:05:18) um dos meus mestres da área, de que perdas, no começo, você põe pouco dinheiro e consegue bastante resultado, a medida que você conquista resultados, ela se torna mais inelástica, aí você precisa por muito dinheiro pra conseguir pouco resultado.

Então sob esse ponto de vista, no patamar que a Sabesp está, nos pareceu bastante agressiva essa proposta da ARSESP, porque não é linear, ela não é linear essa relação entre dinheiro e resposta.

Bom (ininteligível – 1:05:56) houve uma redução de 10% como o Dr. Hugo disse, então a gente sabe que não teve uma base científica, então tudo bem, poderia ser 10, pode ser 5, pode ser 20. Nossa sugestão, que calibra um pouco esses 10, porquê se a fiscalização, após concluir o processo chegar nos nossos números você vai ter um aumento muito forte no P0 definitivo. Com aí a nossa sugestão mesmo, a recomendação já que (ininteligível – 1:06:27) é que se distribua um pouco isso, que reduza um pouco essa glosa na base pra dividir o impacto entre preliminar e o definitivo. E do nosso ponto de vista, a ARSESP não usou a taxa, a vida útil contábil tal qual foi estabelecida na deliberação sobre a avaliação de bases arquivos. No nosso entendimento, ela alongou muito a vida útil (ininteligível – 1:06:58) a efetiva da Sabesp.

E houve um corte de 10% do capital de giro, como houve uma apresentação da justificativa, também não sei falar muito sobre isso, mas é algo que a gente deve colocar.

Bom, necessidade sobre o ponto de vista conceitual, porque não vou apresentar números, contra proposta numérica pra vocês. Bom a trajetória da Sabesp não é sustentável, nos últimos anos ela dobrou o seu patamar de investimento e a receita só cresceu em função da expansão de (ininteligível – 1:08:07) apesar de que, como eu disse, a tarifa está em queda, então não se sustenta. Então você precisa tarifa caso queira cumprir a meta de universalização e é o que a gente pretende fortemente fazê-lo até o final da década, sempre respeitando a capacidade de pagamento dos nossos clientes.

Bom, se a gente olhar um pouco esse diagrama, os pilares de sustentação da Sabesp, quer dizer, a gente tende que a universalização até o final da década é um forte pilar de sustentação mercadológica. Pra quem diria que não há concorrência no setor de saneamento mas ela está cada vez mais voraz. Então é uma âncora importante do ponto de vista mercadológico a universalização. Só que para isso você precisa investir, e a Sabesp nesse ciclo tarifário precisa investir 10 bilhões de reais, e pra investir ela precisa ter lucro, e para ter lucro ela precisa ter uma receita adequada, e pra ter uma receita adequada ela precisa ter uma tarifa condizente, para ter sustentação financeira e para conseguir dar sustentação mercadológica.

Então este ciclo tarifário é vital, este o qual nós estamos discutindo. Porque se você quer universalizar até 2019 e o ciclo vai até 2016, ou você consegue financiabilidade (sic) agora ou não tem a universalização já que as obras são de longo prazo, tem sistemas bastante robustos a serem desenvolvidos e que já estão inclusive em desenvolvimento, só que são processos demorados. Então ou você consegue se financiabilizar (sic), não sei se existe esse termo, agora ou esquece da universalização. Então este é o ciclo tarifário.

Bom infelizmente ainda há no Brasil uma certa reserva com relação a questão do lucro, há uma visão de que o lucro é sinal de ganância. E o caso da Sabesp mais ainda, porque ela é uma empresa que pratica políticas públicas, que metade dos acionistas são públicos e então ela não pode ter lucro. Aliás há quem diga que ela já tem demais, seus lucros são muito grandes. Não faz sentido uma

empresa com objetivos públicos ter lucro. Isso precisa ser desmistificado, se não a gente não sai do lugar, esse debate tarifário.

Então vamos lá, a empresa tem duas formas de financiar seu problema de investimento, capital de terceiros, que é empréstimos, financiamentos e capital próprio. Capital próprio, ou você faz com aporte de capital, ou você faz com lucro. Sabesp não tem aporte de capital, diferente de outras empresas pelo mundo que tem subsídios de oferta, que tem subsídio da demanda, a Sabesp tem que gerar lucro pra conseguir sustentação, e o capital próprio vem do lucro, só que o lucro, ele não vai integralmente para investimento, na verdade é uma reserva pra você investir mas ele não vai integralmente para investimento, porque 25% é distribuído na forma de dividendo para acionistas, e esse 25% é o mínimo legal.

A Sabesp distribui arbitrariamente, além disso, você tem que no mínimo distribuir 25%, 5% vai pra reserva também definida em lei, então sobra 70% pra você financiar o seu capital próprio. Ou você gera lucro, ou você vai ter que se endividar ao extremo, só que também sem lucro você não consegue se endividar, porque o banco não vai te dar recursos. Então o lucro é uma forma legítima de você financiar exatamente esse programa de investimento. Só que para ter lucro você precisa ter tarifa.

Capacidade de pagamento. Aqui eu vou rapidinho. Mas tem várias zonas, porque de fato é uma questão que a Sabesp se preocupa muito. Então o peso das despesas com água e esgoto no orçamento familiar é muito baixo, ele é 0,66% para dois produtos, água e esgoto. Se a gente comparar com o setor elétrico 2,30, telefonia 1,24, telefone celular 0,96. Então o impacto de eventual aumento tarifário, ele é muito baixo para o bolso do consumidor.

Esse gráfico, ele é desde 1973, quando a Sabesp foi fundada. Então hoje as tarifas reais da Sabesp, são inferiores ao que eram no início da sua existência, com tudo que ela já fez, no patamar de excelência que ela chegou, mas as tarifas são decrescentes em termos reais. Então faz todo sentido uma recomposição.

Percentual sobre salário mínimo, 7,9 em 1973, água e esgoto a conta mínima, hoje é 4,9. 3 pontos percentuais, ah, Sílvio, mas não foi só tarifa que não teve aumento real, o salário mínimo teve aumento real. Perfeito, melhorou a capacidade aquisitiva da população. Ótimo, estamos contentes.

Então também mostra que temos espaço. Hoje, a Sabesp é a 16ª menor tarifa média do Brasil, de todas as empresas regionais. Menor que a média brasileira, e superada por estados muito frágeis sob o ponto de vista social. Então você pega por exemplo a Agespisa, que é do Piauí, tem uma tarifa maior do que a Sabesp. E tantas outras, Rondônia, Roraima, então tem espaço sim, pra sem prejudicar os nossos clientes fazer um aumento tarifário mais consistente. Porque de fato, 1,94, obviamente a Sabesp entende como extremamente tímido, muito tímido para os desafios que tem.

Em se tratando de tarifa mínima que é até 10m³, a residencial da Sabesp é a 5ª menor do país. A comercial, a última, é a menor do país, a industrial, a menor do país. Se você pegar e simular um impacto fictício de 10% sobre a tabela tarifária da região metropolitana de São Paulo, que é a maior tabela tarifária da Sabesp nós vamos ver o quão interessante é. Porque normalmente as pessoas se apegam aos 10%, as pessoas se apegam aos 10%. Olha, 10% de aumento.

Mas vamos ver o que isso significa em termos absolutos. Então se eu pegar a (ininteligível - 1:15:07) residencial e social que é para o pessoal vulnerável, em condição de vulnerabilidade, olha 65% desses clientes teriam no máximo um aumento de R\$1,80, que a gente consome na média em torno de 14. Se você pegar a maior frequência deles, que consomem até 10m³, R\$1,08 que seria o aumento de 10%, aquilo que a gente esquece no bolso de vez em quando.

Residencial normal, idem. Maior frequência consomem 10m³, R\$ 3,18, R\$ 5,18, você vai impactar 90% dos clientes em 14 reais. O que quer dizer isso? Em média as pessoas consomem 14m³ na residencial normal, que representaria um impacto hipotético aqui de 5,18. Você compra três garrafas de água mineral ou dois cafés expressos, ou dois refrigerantes. O pessoal acha politicamente incorreto falar isso, mas você compra um desse aqui, um macinho desse aqui com 5 reais. E com 14 mil litros, você lava 5.600 vezes louça, 2800 vezes escova os dentes, 1500 vezes da descarga, 300 banhos e 105 vezes você pode lavar roupa. Alguém me perguntou se era tanquinho ou máquina normal, falei aí eu já não sei.

Se você pegar a comercial também, a grande frequência ainda é 10m³, R\$ 6,40, na média R\$ 10,80. 95% do comércio da região metropolitana seria impactado até 90 reais. Indústria, idem. O pessoal fala que é caro mas me falaram

uma vez que R\$ 66,40 é o preço de uma pizza. Me perguntaram que pizza que é essa e eu não sei também. Mas você vê que para uma indústria, o impacto é bastante inexpressivo.

Bom conclusão, um reajuste tarifário condizente com certeza é maior do que 1,94 e isso é bastante tímido para os nossos desafios. Ele é necessário sob o ponto de vista do saneamento da sociedade e da Sabesp, ele é justificável sob o ponto de vista técnico, e mais do que isso, ele é acessível. Não prejudica o cliente e a sua capacidade de pagamento. Muito obrigado senhores.

Oradora não identificada - Bom, nós agradecemos então a apresentação e daremos início a apresentação das manifestações dos inscritos, por enquanto nós temos confirmação de 1 expositor, eu gostaria de confirmar depois se os dois na sequencia já chegaram. Então eu convido o Sr. Sebastian Butto, diretor de projetos das Sigla Sul consultoria para fazer a sua exposição de 5 minutos.

O senhor Sebastian Butto - Bom, boa tarde a todos. Nossa contribuição de respeito do fator X. O fator X como foi já apresentado pelo Dr. Hugo e explanado pelo Silvio também, ele tenta compartilhar com os consumidores os ganhos de eficiência que só tem durante o período tarifário. A ARSESP está (ininteligível - 1:19:20) a nota técnica 01 de abril de 2012 a metodologia para o cálculo do fator X.

Como foi apresentado ele tem dois componentes, um componente que tenta capturar os ganhos de eficiência obtida pelo avanço tecnológico, que seja mudança tecnológica, e outro componente que tenta capturar quanto se aproxima a empresa da fronteira de eficiência. E o que se chama nota técnica é feito o (ininteligível - 1:19:47). Para isso foi estabelecido uma metodologia da nota técnica onde a mudança tecnológica seria calculado através da decomposição do índice produtivo, é total de base isso, que utiliza uma técnica (ininteligível - 1:20:04) de dados.

Então, o método estava estabelecido, e foi (ininteligível - 1:20:07). Um método um tanto quanto sofisticado, e a nota técnica se estabelecia que essa metodologia (ininteligível - 1:20:17) etapas, quem conferia além da consumação de insumos e produtos, (ininteligível) ambientais e de controle. Para a análise do

efeito (ininteligível), ou melhor a deficiência, a nota técnica também estabelecia a metodologia, e se falava que seria através de uma das etapas, que poderia ser análise (ininteligível) ou análise (ininteligível).

Quando observar a aplicação que está estabelecida na nota técnica audiência pública, para o cálculo da mudança tecnológica que é o que utilizou a agência. As empresas brasileiras tem mais de 2000 habitantes, e considerou o período de 2007 a 2009 segundo o que está estabelecendo a nota técnica.

Do período de 2007 a 2009 você observa a evolução tecnológica em dois ângulos, do 78 e do 89. E se eu tenho como essa mudança tecnológica, se eu tenho considerando que os insumos das indústrias são as despesas operacionais e que os produtos das indústrias são simplesmente economia de água e esgoto. Se chega a um número, de que o avanço tecnológico representa a título de esperado para o próximo ciclo tarifário seria de 2% ao ano. E a ARSESP aplicou 100% desse valor obtido. Isso foi repassado integralmente sem ganho de produtividade aos consumidores.

Para o cálculo da redução da ineficiência desse efeito (ininteligível – 1:22:00), a agência utilizou a mesma amostras das empresas locais, o que adicionou 10 empresas do Reino unido. Utilizou a comparação do único ano, que foi o ano de 2009 e tentou fazer a homologação de moedas para trazer as libras esterlinas ao dólar. Aí (ininteligível – 1:22:17) que a ineficiência da Sabesp como um todo é de 5% e repassando aos consumidores, um ganho de eficiência de 75% desses 5%, da 13,5. Então nesse ponto, a agência compartilhou os ganhos de eficiência, e no primeiro ponto como lógica, repassou integralmente.

Então quais são as considerações, primeiro, mudança tecnológica quanto ao meto que foi utilizado, o método que se aplica por outros reguladores na teoria. Mas ele requer alguns cuidados na aplicação. Primeiro você precisa de um horizonte temporal amplo, para que o cálculo que você obtenha, ele seja representativo do deslocamento futuro da fronteira tecnológica. Porque ao utilizar poucos anos, você pode ter problemas de medição. E esses são métodos estatísticos como quando eles são muito suscetíveis aos valores. Então se um ano em particular, um dado de uma empresa teve uma queda pontual (ininteligível – 1:23:18) contabiliza como um deslocamento da fronteira. Não é sobre o que aconteceu.

Dois pontos que nós falamos muito pouco para representar e os insumos dos valores utilizados podem ser questionáveis, no sentido de que se utilizou como insumo, os custos operacionais e as perdas. E as perdas na própria nota técnica está estabelecida como (ininteligível – 1:23:54) insumo avaliado ambiental. Então não se aplicou ao que se estabeleceu na nota técnica metodológica. E não foram consideradas (ininteligível – 1:24:04).

Então, enquanto insumo e produtos utilizados são questionáveis, mais importante do que o repasse integral desse ganho de eficiência tecnológica para os consumidores, e tudo teoria, regulação por incentivo, exigiria que o repasse fosse parcial, pra você gerar o incentivo, para gerar esse cambio tecnológico. E pelas simulações que a gente tem obtido, realmente 2% de deslocamento da fronteira parece um número auspicioso.

E quanto a redução da ineficiência, se questiona um pouco a nota utilizada, a se comparar as empresas (ininteligível – 1:25:00) no mesmo patamar de ambiente que as empresas locais. E além disso não foi utilizada a mesma amostra que para o cambio tecnológico. Então está aí uma dicotomia metodológica. Bom basicamente essas eram as considerações.

Agradecemos então o Sr. Sebastian, e convidamos o segundo inscrito, o Sr. André Oliveira Castro, professor da universidade municipal de São Caetano do Sul.

O senhor André Oliveira Castro – Eu pensei que a inscrição fosse a inscrição para a participação geral, eu não preparei nenhuma exposição mas vou aproveitar a oportunidade, aproveitar pra questionar algumas coisas que estão colocadas aí.

Bom do ponto de vista geral, ou seja, se optou, tem algumas justificativas lá, por se estabelecer uma tarifa média pra toda a área de operação da Sabesp, no entanto os contratos existentes, eles são individualizados e tem uma metodologia própria a ser seguida e de equilíbrio financeiro. Em São Paulo, por exemplo, ele previa um ganho real de tarifa, de 12% ainda no ano de 2012, ou seja, como que fica essa relação contratual, e essa posição, vamos chamar global, da ARSESP em relação a esse ponto. Eu acho que é isso, não só isso. Ou seja, essa

questão do tratamento geral, ou seja, não só perpetua distorções de subsidio utilizado em interior e capital que nem sempre tem uma base econômica que sustente. E vai tornar essa questão dos contratos individuais também complicada quando for negociar com cada um de seus clientes. Então essa é uma dúvida geral, aproveitando a oportunidade aqui.

Oradora não identificada - Bom, nós agradecemos então as apresentações, tinha uma pessoa inscrita mas que não vai fazer a apresentação agora nesse momento, e gostaríamos de chamar a mesa, os diretores pra compor a mesa principal.

Então os diretores recompõe a mesa e nós informamos a todos que as contribuições escritas e verbais, após a degravação dessa audiência, estarão disponíveis no nosso site, www.arsesp.sp.gov.br. As apresentações então estão encerradas, assim convidamos os componentes da mesa que queiram fazer uso da palavra para as considerações finais.

Oradora não identificada - Eu só queria fazer um esclarecimento, como a gente ficou sem microfone um tempo e essa audiência está sendo gravada para depois ser degravada e divulgada, o Sr. André, que falou agora com a gente agora a pouco, se ofereceu a mandar as contribuições por escrito no âmbito da consulta pública que está aberto até o dia 13, e aí com isso a gente garante que todas as manifestações vão estar registradas. Eu agradeço André, obrigada.

A senhora Silvia Calou - Bom então ressaltando aí que a consulta pública está aberta até o dia 13, quem tiver alguma contribuição, manifestação, por favor que o faça. Gostaria de agradecer a presença de todos, justificar aqui a saída do diretor José Luis, teve um exame médico, fez o esforço de vir até aqui mas teve que se retirar.

Então eu dou por encerrada a audiência, esperando novas contribuições e a divulgação do resultado, que será feita até o final do ano. Muito obrigada.